

**CARTA ABERTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS
(ABPN) AO EXMO. SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD**

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 73/99

São Paulo, 06 de março de 2006.

Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Haddad,

Estamos acompanhando, indignados e com grande apreensão, os seguidos ataques que as lideranças políticas dos partidos de oposição, os editoriais dos principais jornais do país e parte da intelectualidade brasileira vêm desferindo contra a aprovação do Projeto de Lei nº 73/99, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, no último dia 08 de fevereiro de 2006, o qual, entre outras medidas, vai instituir o sistema de cotas para alunos negros, indígenas e da rede pública de ensino nas unidades de ensino das universidades públicas federais.

Notamos que esses ataques vêm se intensificando nos últimos anos, em função das medidas que o Governo Federal, respondendo à agenda política da intelectualidade e do movimento social negro, tem implementado para que as universidades públicas federais deixem de perpetuar o racismo institucional e passem a considerar a questão racial como um dos principais pilares para a democratização do acesso e da permanência bem sucedida na universidade. Da mesma maneira que acontece em outros setores da nossa sociedade, sabe-se que a forma de ingresso no sistema público de ensino superior brasileiro, historicamente, tem privilegiado os(as) estudantes brancos(as) que, de um modo geral, representam a pequena, a média ou alta burguesia de nossa sociedade.

Com efeito, no Brasil, o sistema de educação sempre esteve ligado ao racismo. Primeiramente, durante a escravidão, criou-se medidas que impediam os negros de estudar. Após a abolição da escravidão, as crianças negras foram privadas da educação formal ou destinou-se a elas uma educação de baixa qualidade, com a transmissão de “lições” que depreciam a cultura de matriz africana, produzindo altos índices de evasão do alunado negro, em todos os níveis da rede pública de ensino.

Sabemos que o Projeto de Lei nº 73/99, articulado com a garantia das cotas e das ações afirmativas, no texto da Reforma Universitária, visa, antes de qualquer coisa, à democratização do acesso ao ensino superior. Por isso mesmo, temos a convicção de que

essa medida representa não apenas uma conquista do Governo Federal, mas, principalmente, da intelectualidade negra, do movimento social negro, do movimento estudantil, da CUT, do MST, do Movimento dos Sem-Universidade e de todos os movimentos sociais que, de uma maneira ou de outra, se engajam na luta pela conquista da cidadania em nossa sociedade.

Queremos enfatizar também que, na medida em que o racismo institucional avança – somos da opinião que o Estado brasileiro tem, ao longo de sua história, agido de forma injusta e discriminatória, em relação à população negra –, é legítimo que se adotem medidas que procurem equacionar a desproporção da pobreza que atinge, sobretudo, a população negra e indígena de nosso país. Por isso, é lícito que a lei que versa sobre a educação superior contemple, em seu texto, a construção da justiça e da igualdade racial para os segmentos historicamente discriminados. A universidade pública precisa se transformar, de fato, em um direito do povo negro, assim como ela já tem sido para outros grupos sociais e étnico-raciais da população.

Analizando a reação das forças conservadoras da intelectualidade, dos meios de comunicação de massa e dos próprios partidos políticos que se recusam a enxergar as mazelas do racismo, no âmbito das unidades públicas de ensino superior, no Brasil, nós, da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), assim como os vários Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em atuação, no país, decidimos nos manifestar, explicitando que os ataques que têm sido feitos contra o Projeto de Lei nº 73/99 e contra a permanência das cotas no texto da Reforma Universitária não refletem o pensamento da intelectualidade negra, nem do movimento social negro e dos demais movimentos envolvidos na luta pela democratização da Universidade.

Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Haddad, se o Governo Federal não se opuser às pressões daqueles que vêm usufruindo, com exclusividade, da nossa riqueza social, poderemos perder uma oportunidade paradigmática de romper com o racismo que, há anos, se perpetua na rede pública de ensino superior brasileira.

Gostaríamos de expressar o nosso apoio ao MEC e aos parlamentares que se colocam publicamente em prol da luta pelas ações afirmativas. Esperamos que o senhor ministro não ceda às pressões dos setores conservadores do Congresso e da mídia, impressa e eletrônica, que têm tentado causar um retrocesso na luta, conduzida pelos movimentos

sociais, em favor da democratização da Universidade, e mantenha as ações afirmativas e as cotas no texto da Reforma Universitária, assim como esperamos que o Congresso Nacional reaja à ação injusta que os setores conservadores da política vêm implementando contra a consolidação das cotas.

Queremos que o senhor Ministro conte com o nosso apoio na tarefa de alicerçar os pilares da justiça social no sistema de educação brasileiro e, por isso, esperamos tanto do senhor quanto das forças progressistas do Congresso Nacional, um posicionamento firme e seguro diante dessa situação, que caminhem junto à luta dos movimentos sociais e, de maneira específica, do movimento negro brasileiro, pela igualdade social e racial em nosso país.

Cordialmente,

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
PESQUISADORES NEGROS (ABPN)**

Nilma Lino Gomes – UFMG (**presidente**)

Wilson Roberto de Mattos – UNEB (**1º vice-presidente**)

Moisés Santana – UFAL (**2º vice-presidente**)

Eliane Borges (**1ª secretária**)

Nelson Fernando Inocencio da Silva – UNB (**2º secretário**)

Maria Palmira da Silva – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (**1ª tesoureira**)

Lúcia Regina Brito Pereira – Bolsista do Programa Internacional de Bolsas da
Fundação Ford (**2ª tesoureira**)

Coordenadores Regionais:

Norte: Wilma de Nazaré Baia Coelho

Nordeste: Alvaro Roberto Pires

Sudeste: Helena Theodoro da Silva

Sul: Marcilene Garcia de Souza

Centro-Oeste: Alecsandro José Prudêncio Ratts

TAMBÉM ASSINAM ESTA CARTA:

- IFARADÁ - Núcleo de Pesquisa sobre Africanidades e Afrodescendência da Universidade Federal do Piauí
- Programa Ações Afirmativas na UFMG
- Programa Observatório da Juventude da FAE/UFMG
- PENESB – Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira - UFF
- Coletivo de Professores Negros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - SEMPRE NEGRO
- NEPRE (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação) da UFMT
- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – UDESC

- NEGRA - Núcleo de Estudos sobre Educação, Gênero, Raça e Alteridade da Universidade do Estado de Mato Grosso
- NEAA/UEL - Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Estadual de Londrina
- NUPE - Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão
- NEAAD/UFG - Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Descendentes da Universidade Federal de Goiás –